

Seminário IPv6
Intervenção do Director do CEGER

IESM, 10 de Novembro de 2011-11-08

Speech Notes

Exmo. Sr. Vice-Almirante Torres Sobral, Autoridade Nacional de Segurança

Exmo. Sr. Tenente-General Mimoso e Carvalho, Director do IESM

Exmo. Sr. Contra-Almirante Carlos Rodolfo, Presidente da AFCEA Portugal

Exmos. Senhores Oficiais Gerais

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores

Num fórum com este painel, seria uma grande pretensão da minha parte vir aqui falar de IPv6 a nível técnico. Por isso, e tomando como justificação para o convite que gentilmente me foi dirigido o facto de desempenhar o cargo de Director do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, opto por nesta oportunidade vos transmitir algumas das preocupações e iniciativas do Governo, na área dos sistemas de informação e comunicação, com especial incidência nos SIC's do Estado e com especial incidência no que respeita ao IPv6.

É nos momentos de crise e de carestia de recursos que se deve repensar os processos e os sistemas, procurando soluções e medidas que permitam, não só, racionalizar o emprego dos poucos recursos existentes, mas também, promover economias e poupanças, aumentar a eficácia e a qualidade, assegurando sempre a continuidade de negócio.

Os sistemas de informação e comunicação do Estado não constituem qualquer excepção a esta abordagem, bem pelo contrário os factos falam por si. As despesas do Estado, sem contar com as regiões autónomas, autarquias e empresas públicas, com as tecnologias de informação e comunicação, triplicaram nos últimos 6 anos, passando de um valor inferior a 300M€/ano para mais de 800M€/ano. Haverá que encontrar soluções que invertam esta tendência, ou que pelo menos, não permitam um crescimento a este ritmo sem que se obtenha uma correspondente contrapartida.

Entre as diversas razões que se apontam para esta evolução dos custos, conta-se a falta de uma estratégia global para a informação e para os sistemas de informação e comunicação do Estado, um quadro legal de difícil aplicação ou desajustado da realidade e da especificidade desta matéria, uma visão fragmentada e sectorial do todo, em suma, a ausência e um modelo de governabilidade da informação e sistemas de informação e comunicação do Estado, que abranja todas as áreas, da legal à organizacional, da financeira à da gestão, do material aos recursos humanos, da informação ao conhecimento, e principalmente, da intenção à realização e da vontade à determinação.

Já no passado o Estado tomou diversas iniciativas neste sentido, umas mais realistas do que outras, umas com melhores resultados do que outras. Das múltiplas iniciativas haverá a destacar algumas delas, nomeadamente:

- A iniciativa prevista no PRACE, mais de carácter organizacional, promovendo a criação de uma entidade única por ministério como direcção técnica e entidade coordenadora das TIC's. O caso concreto do Ministério da Defesa Nacional face a esta iniciativa, é sem dúvida um excelente exemplo da dificuldade com que muitas das vezes nos confrontamos em passar-se de uma intenção política a uma realidade exequível;
- Um exemplo mais recente será a Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2009, a qual cria a Rede Interministerial, iniciativa coordenada pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA), incluindo um elevado número de entidades e diversos grupos de trabalho para diferentes temáticas. Os primeiros resultados só agora começam a surgir com a criação da plataforma de Interoperabilidade na Administração Pública (iAP), ou ainda com a consulta pública presentemente a correr sobre o Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital;
- Para não me alongar muito mais, referirei apenas a última iniciativa nesta área, ainda não publicada em Diário da República, e que é a Resolução de Conselho de Ministros aprovada em 27 de Outubro, para a criação e um Grupo de Projecto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC), constituído por um reduzido número de entidades, entre as quais o CEGER, e que tem como missão imediata a apresentação até 15 de Dezembro de um Plano Estratégico Global para a Racionalização das TIC's na Administração Pública, e o acompanhamento da sua implementação até ao final de 2013. É evidente que os prazos face ao âmbito do assunto poderão ser considerados irrealistas, contudo, cabe-nos aproveitar as oportunidades, mesmo que condicionadas, para se sensibilizar os

decisores políticos dos problemas que se levantam e das necessidades existentes.

Em suma, poder-se-á encontrar como denominador comum a todas estas iniciativas, a vontade de se criar um Modelo Global de Governabilidade para a Informação e para os Sistemas de Informação e Comunicação do Estado, passando, designadamente, por:

- O estabelecimento de políticas de informação e de segurança da informação e comunicação;
- A definição de modelos canónicos de dados comuns e que sirvam como base à interoperabilidade;
- A adopção de arquitecturas modulares, não excluindo as soluções em *cloud*, quer seja externa, privada ou híbrida;
- A criação de uma capacidade nacional de *cyber* segurança;
- A federação das redes sectoriais, como via para uma futura integração;
- E por fim, a criação de uma estrutura organizacional de governabilidade integrada da informação e dos sistemas de informação e de comunicação do Estado.

A pergunta que muitos de vós me gostaria de colocar neste momento será provavelmente a seguinte:

E o que é que isto tudo tem a ver com o protocolo IPv6?

E eu, não tendo vindo falar-vos de aspectos técnicos, tenho uma resposta muito simples:

Tudo

Não é possível pensar, programar e, muito menos, implementar um modelo global para os SIC's do Estado, sem que se tenha em consideração como requisito base e fundamental a utilização da tecnologia IPv6. Estarão nesta sala certamente algumas pessoas que participaram alguns anos a esta parte na interligação das redes sectoriais do EMGFA e dos Ramos, totalmente baseada em IPv4. Lembrem-se que esse projecto demorou cerca de 6 meses a planear e cerca de 1 ano a implementar.

Agora imaginem a extrapolação de um projecto similar para o âmbito Estado e com um número de dispositivos em rede que cresce de forma exponencial.

É por isto, mas não só por isto, que qualquer Modelo Global de Governabilidade da Informação e dos Sistemas de Informação e Comunicação do Estado não pode ter sucesso sem IPv6.

Mas não se tenham ilusões e seja-mos realistas, o caminho a trilhar é longo e só, passo a passo, se poderá percorrê-lo, implementando-se de forma faseada, garantindo-se a continuidade do negócio e inculindo-se uma velocidade adequada às disponibilidades dos recursos, nomeadamente os financeiros.

O Governo tem a plena consciência que se torna imprescindível promover estas medidas com efeitos imediatos mas e que o actual contexto nacional e internacional, exige um cuidado adicional na busca das melhores soluções para a racionalização e obtenção de uma maior eficácia na utilização dos seus SIC's, e ainda que, esta matéria não se encerra num único ciclo legislativo, assumindo claramente um carácter estratégico e de vital importância para o crescimento da economia e para a evolução e consolidação do *e-government*.

Obrigado.

Manuel Honorato